

TECITURAS NEGRAS FEMININAS NA SEDUC/RS: AÇÕES DA PROFESSORA MARILENE PARÉ PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Priscila Nunes Pereira ¹

RESUMO

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa de doutorado em Educação desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que investiga as estratégias político-pedagógicas de quatro professoras negras atuantes na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS). O foco deste texto é a trajetória de Marilene Leal Paré e sua contribuição para a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no período entre 1994 e 1999. A abordagem metodológica fundamenta-se na proposta das 'Conversas de Boca a Ouvido', inspirada na tradição oral afro-brasileira e concebida como estratégia amefricana de escuta e produção de conhecimento. Essa metodologia dialoga com autores/as como Ruy do Carmo Póvoas, Sueli Carneiro, bell hooks e Lélia Gonzalez, e tem como objetivo valorizar a oralidade como expressão legítima de saberes e memória coletiva. Os relatos de Paré revelam um trabalho coletivo estruturado a partir do projeto 'O Negro e a Educação', cujas ações envolviam 29 educadores(as) atuando em todo o estado com formações antirracistas baseadas em arte, religiosidade, estética e cultura negra. A análise da sua prática evidencia uma práxis afirmativa fundamentada na coletividade, no afeto e na resistência, que antecipa em uma década a institucionalização da ERER. Articulado corpo, memória, ancestralidade e política, a experiência de Marilene Paré é compreendida como expressão das epistemologias amefricanas e como parte de um Movimento Negro Educador, que contribui significativamente para a construção de políticas públicas de justiça social e equidade racial no campo educacional.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais, Professoras Negras, Política Educacional, Práxis Afirmativa, Oralidade.

INTRODUÇÃO

As tecelagens negras femininas na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) ergueram, como corpo de vento e de axé, um território insurgente para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), operando com ritmo próprio, circularidade e firmeza.

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que investiga as estratégias político-pedagógicas de professoras negras atuantes na SEDUC/RS, com foco na trajetória e nas ações de Marilene Leal Paré entre os anos de 1994 e 1999.

¹ Doutoranda em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista Cappes. E-mail: priscila.ufrgs@gmail.com;



O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias político-pedagógicas forjadas por Marilene Paré e suas companheiras, evidenciando como seus saberes — nascidos da luta, da ancestralidade e da coletividade — conformam um projeto afirmativo do saber negro feminino no Rio Grande do Sul. Essas educadoras não apenas resistiram ao racismo institucional, mas também agiram de forma propositiva, criando mecanismos de formação continuada em ERER que se tornaram referência para políticas públicas e práticas pedagógicas antirracistas na rede estadual.

As narrativas aqui apresentadas são tecidas pela oralidade como fio condutor, permitindo que nossas Conversas de Boca a Ouvido ganhassem vida mesmo em meio às distâncias físicas, tecendo metodologia, análise e política decolonial para além do registro linear. Nessa escrita espiralar, o tempo se movimenta em ondas e as vozes se entrelaçam, revelando o caráter coletivo do conhecimento. A práxis das educadoras negras no Rio Grande do Sul é — como apontam Sueli Carneiro (2005), Lélia Gonzalez (1988) e Nilma Lino Gomes (2017) — um projeto de emancipação que desafia o epistemicídio e refunda a escola como espaço ritual, de democracia radical e de bem viver negro.

O método das Conversas de Boca a Ouvido é uma estratégia amefricana de escuta-fala inspirada na tradição oral e na ética da reciprocidade. Essa abordagem legitima a oralidade como fundamento heurístico e ontológico, alicerçando a coleta de histórias e experiências à luz da epistemologia do Movimento Negro Educador (Gomes, 2017) e da circularidade do saber. Ao negar o binômio pesquisador–pesquisado, a metodologia reafirma a produção coletiva de conhecimento e a interdependência entre corpo, palavra e território, conforme propõem Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019) e Lélia Gonzalez (2020).

Esse posicionamento dialoga ainda com Ruy do Carmo Póvoas (2005), que, em sua obra *Itan de Boca a Ouvido*, resgata a tradição oral como fundamento da transmissão de conhecimentos nas culturas afro-brasileiras.

A análise que se segue, portanto, não é sobre a professora Marilene, mas com a professora Marilene — reconhecendo-a como teórica de sua própria práxis. Educadora, formadora e gestora, seus saberes, forjados na experiência, no axé e na luta, constituem o fundamento de uma educação antirracista assentada em princípios amefricanos.

As conversas com a professora Marilene Paré foram realizadas de forma online, tendo em vista que ela reside atualmente em Brasília. A primeira conversa ocorreu em 17 de dezembro de 2024, e outras se seguiram por meio de plataformas digitais e trocas de



mensagens via WhatsApp. O distanciamento geográfico não impediu a aproximação; ao contrário, a tecnologia funcionou como fio e ponte, unindo pesquisadora e educadora na produção coletiva de conhecimento.

A metodologia adotada valoriza a experiência vivida como fonte legítima de saber, reconhecendo que o conhecimento produzido por mulheres negras, a partir de suas trajetórias, é tão legítimo quanto aquele produzido pela academia tradicional. As falas de Marilene Paré foram transcritas de forma literal, preservando o ritmo, as pausas e o gesto de sua voz, sendo posteriormente analisadas à luz dos referenciais teóricos da educação antirracista, da epistemologia feminista negra e do pensamento decolonial.

As práticas de Marilene Paré e de demais educadoras negras são compreendidas aqui como teoria viva da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) — uma epistemologia encarnada que articula currículo, corporeidade, ancestralidade e democracia negra. O projeto *O Negro e a Educação* nasce das tramas do Movimento Negro Educador, da militância e da práxis coletiva de mulheres negras que transformaram a gestão pública em espaço de invenção pedagógica.

Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), o Movimento Negro Educador é aquele que educa a si mesmo, à sociedade e ao próprio Estado, mostrando que as organizações negras têm sido centrais na formulação de políticas educacionais antirracistas e na reconfiguração da escola como território de reexistência. Nesse horizonte, a ação de Marilene Paré constitui-se como práxis afirmativa, pois faz do ato de educar um gesto político de refundação da escola e de ampliação das fronteiras do currículo.

Nas palavras da própria Paré:

Já tinha um programa, né, um projeto de educação antirracista. Não... era *O Negro e a Educação*, que já existia, né. [...] Participava porque tinha um grupo de especialistas, cada um de uma área. Então, eu trabalhava mais a questão da criança negra, e tinha um especialista da geografia, outro da história, assim de cada área, das artes, da religiosidade. Então, eu fui chamada, eu fui indicada pelo trabalho que eu já estava fazendo... (Paré, 2024, informação oral).

Esse saber partilhado opera pela oralidade, corporeidade e pedagogia da presença, instaurando o que a pesquisadora chama de “axé pedagógico”: um modo de formar que é também um modo de viver e de cuidar.

A pedagogia culturalmente relevante, conceito desenvolvido por Gloria Ladson-Billings (2002), sustenta que o ensino deve estar ancorado nas experiências culturais dos estudantes, especialmente daqueles historicamente marginalizados. No contexto das ações de Paré, essa pedagogia se concretiza nas oficinas de tranças, nas apresentações de



dança afro e nas formações sobre religiosidade de matriz africana, práticas que materializam a EREER como teoria educativa insurgente.

Paré recorda um desses momentos:

Tinha trabalho, assim, com os cabelos também, tinha uma cabeleireira especialista em cabelo afro, que a gente mexia com ela, com a Eva, que eu dizia assim, que ela trabalhava a cabeça duas vezes, né, não só trançando, mas no momento que ela trançava, ela já contava a história daquela trança e por que os caminhos daquele trançado nas cabeças das africanas. Então, ela dava uma aula cultural bem forte, né... (Paré, 2024, informação oral).

Essa prática revela a potência das epistemologias do corpo e da estética negra: trançar cabelos torna-se ato de ensino, transmissão de memória e produção de conhecimento. O gesto cotidiano se converte em ritual pedagógico, no qual a ancestralidade se manifesta como ciência viva.

Ao trabalhar com as crianças negras, fortalecendo sua autoestima e reconstruindo as narrativas da história africana, Marilene Paré e suas companheiras demonstravam que a verdadeira educação antirracista não se limita à denúncia do racismo, mas se dedica à construção de novas narrativas baseadas nos valores civilizatórios afro-brasileiros. Trata-se de uma pedagogia que afirma a potência, a dignidade e o direito ao encantamento do povo negro, um saber que se aprende com as mãos, com a voz e com o coração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dimensão coletiva da atuação na SEDUC/RS

A fala de Marilene Paré nos revela, de imediato, a dimensão coletiva e historicizada de sua atuação. O imperativo de "escrever sobre aquele período", trazido pela professora Terezinha Juraci, não é um mero pedido de registro, mas um chamado à memória e à produção de conhecimento. É o reconhecimento de que o que foi feito na SEDUC/RS não foi um ato isolado, mas uma práxis afirmativa construída a muitas mãos.

A professora Terezinha Juraci, ela sempre diz, Marilene, a gente tem que escrever sobre aquele período. Foi um período muito fértil, com relação ao nosso trabalho do currículo escolar. [...] A gente chegou até a tentar se organizar, se reunir. Eu, ela e a Vilma Terres [...] ela foi das principais educadoras ali a agilizar, operacionalizar essa questão do currículo escolar. (Paré, 2024, informação oral).



A urgência de registrar essa história esbarra, contudo, nas "tantas coisas" da vida — o tempo das múltiplas demandas, da luta e da exaustão. Essa pausa entre o querer e o poder escrever expressa as marcas da resistência e do adoecimento que atravessam as mulheres negras, conforme discute Neusa Santos Souza (1983) em *Tornar-se negro*. A menção a Vilma Terres reforça a noção de que a reexistência no espaço institucional se deu em rede, em um tecer de alianças que garantiu a continuidade do trabalho mesmo diante das rupturas políticas e das alternâncias de governo.

O relato sobre Vilma Terres ilumina um aspecto essencial da práxis afirmativa: a necessidade de aprender a "falar a língua do opressor" para criar brechas de resistência dentro do Estado. A sabedoria de Vilma, seu domínio dos "meandros" e dos "trâmites" da Secretaria, exemplifica a consciência negra educativa que se manifesta na ação institucional:

A Vilma conhecia todo mundo. Então ela já sabia pra onde fazer o pedido. E ia lá e, né, com a fulana a gente consegue, sabe? Então ela corria assim, sabe? Corria, corria, parecia uma coelhinha! Papel pra lá, papel pra cá... tá liberado aqui. (Paré, 2024, informação oral).

Essa dimensão política das redes femininas negras na SEDUC/RS expressa o que Patrícia Hill Collins (2019) nomeia como "sabedoria coletiva das mulheres negras" — um conhecimento situado, relacional e estratégico, que reconfigura os modos de fazer política dentro da estrutura estatal.

Estratégias de permanência e ressignificação do lugar

A alternância entre governos e a disputa por espaços institucionais impuseram constantes desafios à continuidade das práticas afirmativas e antirracistas. Pará relembra a transição entre o governo Collares (1991–1994) e o governo Britto (1995–1998):

Era muito engraçado quando trocava de governo. [...] A gente, com um trabalho bem sedimentado, com as delegacias de educação, eu disse assim, vamos ver o que vai acontecer, eu não escolhi. E ao mesmo tempo eu disse assim: se eu for pra última escola de Porto Alegre, que é a escola mais longe, é lá no Morro e é um quilombo. Então eu vou tá em casa, né? (Paré, 2024, informação oral).

A fala de Marilene sintetiza uma pedagogia da transgressão: ela ressignifica o não-lugar imposto pelo racismo institucional como espaço de pertencimento. Transformar o "morro" em "casa" é um gesto de resistência simbólica, uma reinscrição do corpo negro



em território negado. Essa estratégia dialoga com o conceito de "entre-lugares" de Homi Bhabha (2012), no qual as fronteiras tornam-se espaços de invenção e ambiguidade, onde sujeitos subalternizados constroem novas formas de agência.

As estratégias legais e burocráticas para garantir a formação continuada

As ações do grupo de especialistas na SEDUC/RS demonstram uma inteligência política notável. As educadoras compreenderam que ocupar o Estado exigia domínio dos códigos institucionais e das brechas legais. Paré descreve:

Quando tinha palestras e encontros, a gente se reunia lá na SEDUC, tá? [...] Nós organizávamos as necessidades daquela região, e então iam professores de história, da religiosidade, das artes, da dança afro, né, a professora Isabel ia muito para organizar dança afro nas escolas do interior. [...] Teve uma legislação que dizia que eles poderiam se deslocar; o grupo era mais ou menos 29 professores. Então, de acordo com o Diário Oficial, eles poderiam sair conforme a demanda da SEDUC. Organizávamos vários seminários, não só em Porto Alegre, mas também no interior. (Paré, 2024, informação oral).

A estratégia legal que permitia o deslocamento de professores configurou uma conquista política: transformou a ERER em política de Estado e não apenas de governo. Ao legitimar a circulação de educadores negros como formadores, o grupo reafirmou sua autoridade epistêmica — eram professores da rede formando professores da rede, instaurando uma pedagogia da horizontalidade e da autogestão.

O enfrentamento ao racismo institucional e a articulação com o movimento negro

As fissuras abertas por essas educadoras dentro da burocracia estatal revelam que resistência e afeto caminham juntos. Paré narra um episódio marcante durante uma formação em Bagé:

Quando nós fomos ao interior, os movimentos negros do interior nos buscavam. [...] Teve uma que foi em Bagé. [...] Eu disse assim 'gente, subam, né? Porque vocês não estão participando?' E eles disseram: 'Não, a gente não pode entrar nesse clube!' Eu fiquei assim... sabe? Eu digo, vocês não podem entrar aqui? 'Não, por isso que pedimos para chamar a senhora, pra combinar alguma coisa com o movimento.' Eu fiquei indignada! (Paré, 2024, informação oral).

Esse episódio expõe a persistência do racismo estrutural no sul do Brasil e desmascara o mito da "democracia racial sulina". A recusa do clube em permitir a entrada



do grupo negro é símbolo da colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), e evidencia a permanência das hierarquias raciais nos espaços públicos e privados.

A indignação de Paré e a atitude da professora Maria Ivete Nunes Ennis, ao "lascar tudo" e denunciar publicamente o racismo, demonstram que a atuação dessas mulheres transcende a docência: são ativistas críticas que transformam o espaço institucional em arena política. Essa confluência entre o Estado e o Movimento Negro constitui o que Nilma Lino Gomes (2017) chama de "educação como campo de disputa e de emancipação coletiva".

Práxis afirmativas pedagógicas: oralidade, corporeidade e ancestralidade

A riqueza das ações formativas relatadas por Pará comprova que essas mulheres praticavam uma pedagogia culturalmente relevante (Ladson-Billings, 2002), em que o ensino nasce da cultura e das experiências do povo negro. Nas escolas, o currículo ganhava corpo, ritmo e som.

Tinha trabalho com os cabelos também. Tinha uma cabeleireira especialista em cabelo afro, a Eva, que eu dizia que ela trabalhava a cabeça duas vezes, né? Não só trançando, mas contando a história da trança e os caminhos daquele trançado nas cabeças africanas. Ela dava uma aula cultural bem forte. [...] A professora Terezinha Juraci ia com a literatura. Foi pioneira no RS a divulgar *A menina bonita do laço de fita*. As escolas passaram a adotá-lo. (Paré, 2024, informação oral).

Aqui, a estética se torna epistemologia. O ato de trançar cabeças, de dançar, de tocar o tambor e de contar histórias é uma forma de pensar e ensinar o mundo — uma epistemologia do corpo e da presença. O saber está nas mãos, nos cabelos, nos gestos e na musicalidade.

Como afirmam Muniz Sodré (2005) e Nei Lopes (2004), os valores civilizatórios afro-brasileiros — circularidade, corporeidade, oralidade e ancestralidade — são fundamentos de um modo de conhecimento que articula o sagrado, o político e o pedagógico. As ações dessas mulheres não se limitam à inclusão de conteúdos sobre cultura afro-brasileira; elas instauram uma teoria educacional negra que emerge do cotidiano e da ancestralidade.

A EREER, no contexto gaúcho, nasce, assim, como teoria viva e insurgente, produzida pela práxis de mulheres negras que ousaram fazer do Estado um terreiro de saberes e resistências.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Marilene Paré na SEDUC/RS demonstra que a institucionalização da Educação das Relações Étnico-Raciais foi resultado de um longo processo de enraizamento conduzido por mulheres negras. Sua práxis afirmativa antecipa em quase uma década o reconhecimento formal da EREER como política pública e revela a potência das epistemologias amefricanas na formulação de novos paradigmas educacionais. Ao narrar sua experiência, Paré reatualiza o compromisso coletivo do Movimento Negro Educador, deixando marcas que continuam a inspirar políticas de formação docente e práticas pedagógicas decoloniais. Sua atuação reafirma o papel das professoras negras como pensadoras e construtoras de políticas públicas, tecendo teias de saberes que conectam ancestralidade, corpo e conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- _____. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.



LADSON-BILLINGS, Gloria. Para além de uma educação multicultural: teoria racial crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente: entrevista com a Professora Gloria Ladson-Billings. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 79, p. 407-425, maio/ago. 2002.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

PARÉ, Marilene Leal. Conversa de Boca a Ouvido. Conversa com Priscila Nunes Pereira. Porto Alegre/Brasília, 17 dez. 2024. Informação oral.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. *Itan de Boca a Ouvido*. Salvador: EDUFBA, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em busca da individuação*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

